

Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do Exército (1930 – 1945)*

Cláudio Moreira Bento**

O Presidente Getúlio Vargas, cujo cinquentenário de falecimento ocorreu em 24 de agosto de 2004, em sua juventude, foi, por cinco anos, militar do Exército. Inicialmente como soldado e sargento do 6º Batalhão de Infantaria, em São Borja, em 1899. A seguir, como aluno da Escola Preparatória Tática do Rio Pardo em 1900, 1901 e 1902 até maio. E, finalmente, como 2º sargento de Infantaria do 25º Batalhão de Infantaria, na Praça do Portão, em Porto Alegre em 1902 e 1903, tendo, nesse ano, participado da Expedição Militar até Cuiabá, em função da Questão Acreana. Deu baixa do Exército ao retornar de Cuiabá, em dezembro de 1903, para cursar a Escola de Direito, onde ingressou como aluno ouvinte, matriculando-se em 1904 no 2º ano.

Em 1906, Getúlio ingressou na política. Fundou o Bloco Acadêmico Castilhistas, do qual fizeram parte os então alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre, no Casarão da Várzea, Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que exerceriam importante papel nas vida e obra de Getúlio Vargas e principalmente no Exército, como seus ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército e executores das ações do governo Vargas para o Exército, objeto da presente interpretação.

Em Rio Pardo, na mesma Escola e na mesma época, estudaram os seus, mais tarde, destacados amigos e colaboradores – o já citado Eurico Gaspar Dutra e Mascarenhas de Moraes.

E mais os generais Bertoldo Klinger, filho de Rio Grande, e Francisco de Paula Cidade, de Porto Alegre, estes últimos destacados historiadores militares.

Em discurso para as Forças Armadas, em 12 de dezembro 1940, Getúlio Vargas, filho de um herói da Guerra do Paraguai e do combate à Guerra Civil 1893/95, General Honorário Manoel do Nascimento Vargas, recordou aos ouvintes, com orgulho, sua condição de ex-integrante do Exército, com estas palavras:

“Como vós, fui soldado e encontrei, na camaradagem das armas, uma escola de lealdade, de abnegação e desinteresse, com o que continuo servindo ao Brasil, somando o meu esforço ao vosso e ao de todos os patriotas, para torná-lo cada vez mais próspero.”

E foi fardado, como chefe da Revolução de 1930, que ele se deslocou de trem de Porto Alegre ao Rio, onde, fardado, assumiu o Governo do Brasil.

Sua contribuição para o progresso do Exército foi a mais marcante da História do Brasil. Sob seu governo, a doutrina do Exército, em seus campos Organização, Equipamento, Ensino e Instrução e Motivação e Emprego, atingiu sua maior expressão ao longo do processo histórico brasileiro.

Um sintético inventário, feito segundo os campos doutrinários citados, corrobora nossa afirmação, ao mesmo tempo em que se lhe faz justiça por evocar a projeção de sua obra na Segurança Nacional.

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel de Engenharia e de Estado-Maior, Historiador e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Organização

O efetivo do Exército de 1930-1945 cresceu 100% e atingiu cerca de 100.000 homens. O aumento destinou-se a fornecer quadros e tropa para as 50 unidades criadas: 13 unidades de fronteira; unidades-escola na Vila Militar no Rio de Janeiro, então Capital Federal; unidades motomecanizadas e antiaéreas; regimentos de artilharia; escolas novas e para as estruturas de apoio logístico e de indústria bélica implantadas ou ampliadas. Para disciplinar toda a organização, foram promulgadas: as leis de Organização do Exército e do Ministério da Guerra; do Serviço Militar; das Promoções; da Inatividade etc. Foram baixados os regulamentos básicos: Disciplinar (RDE); Serviços Gerais (RISG), de Continência (RCont), de Administração (RAE) e um conjunto de instruções, portarias etc., que alteraram profundamente a organização do Exército, que passou a ser comandado de instalação condigna, construída então e que é, hoje, Palácio Duque de Caxias, defronte à Praça da República, no Rio de Janeiro.

Fato significativo e de grande projeção na defesa nacional foi a criação, no Exército, da Arma de Aviação, que, a partir de 1941, com material e pessoal, passou para o Ministério da Aeronáutica. Igualmente significativo, pela sua imensa projeção na integração nacional, foi o Correio Aéreo Nacional (CAN).

Equipamento

Visando a reduzir a dependência externa de material bélico, foi criado o Quadro de Oficiais Técnicos, e implantada a Indústria Bélica Brasileira, através da construção das fábricas de Itajubá, Juiz de Fora, Piquete, Curitiba, Andaraí, Bonsucesso e Caju, além da remodelação dos arsenais do Rio de Janeiro e de General Câmara, das fábricas de Estrela e do Rea-

lengo. Essas fábricas entraram em declínio com a importação de excedentes militares dos EUA depois da Segunda Guerra Mundial e, hoje, as que não foram extintas constituem a infra-estrutura da IMBEL, Indústria de Material Bélico, vinculada ao Exército.

No setor de apoio logístico, foram criados os estabelecimentos Mallet (depósitos de material de intendência, de engenharia, de comunicações, de veterinária e de saúde) no Rio de Janeiro; os hospitais militares de Porto Alegre, Bahia, Alegrete, Santo Ângelo e Belém; o sanatório de Itatiaia; os pavilhões de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central do Exército; a Policlínica Central do Exército e o Instituto de Biologia do Exército, ambos na então Capital Federal; as coudelarias de Minas Gerais, Pouso Alegre, Tindiquera e os depósitos de reprodutores de Avelar, Campos e São Paulo, além de ampliadas as coudelarias de Saicã e do Rincão.

Grande projeção teve a criação da Rede Rádio do Exército, que facilitou sobremodo o exercício mais seguro do comando sobre todo o Exército, articulado no território nacional. O material de artilharia, em especial o de costa, passou por uma sensível modernização e atualização com o concurso de uma Missão Militar Norte-Americana, contratada em 1939.

A indústria bélica do Exército produziu uma gama enorme de equipamentos militares, inclusive equipagens de pontes B4, cujos pontões tiveram seu primeiro teste, de forma inusitada, como portadas de desembarque de material em Fernando de Noronha, feito pelos pontoneiros do atual 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá, durante a Segunda Guerra Mundial.

Ensino e instrução

As transformações e os progressos nesses setores foram mais revolucionários no sentido

da profissionalização do Exército e da sua consolidação como força operacional. No tocante ao ensino, foram construídas, condignas e monumentais, as escolas de Estado-Maior e a Técnica do Exército (hoje Instituto Militar de Engenharia), na Praia Vermelha. Da mesma forma, a monumental e distinta entre as melhores escolas militares do mundo – a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), cumprindo uma promessa da Revolução de 1930. Foi igualmente construída a Escola de Artilharia de Costa da Urca. Foram criadas a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), no antigo Casarão da Várzea, a de Fortaleza (EPF) e a de São Paulo (EPSP); e ainda criados os centros de preparação de oficiais da reserva em todas as regiões militares – os CPOR.

Essa estrutura de ensino do Exército foi ainda enriquecida com a criação das unidades-escola na Vila Militar, no Rio de Janeiro, da Escola de Educação Física do Exército e do Grupamento-Escola de Artilharia Antiaérea.

Para ordenar essa estrutura, foram promulgadas as leis do ensino e do magistério militar, e baixadas instruções para regulamentar as escolas e normas para uma mais apurada seleção física, intelectual e moral dos candidatos ao oficialato do Exército.

Nesse contexto, prestaram relevantes serviços ao ensino no Exército os generais Augusto Duque Estrada e Mário Travassos, respectivamente, o último comandante da Escola Militar no Realengo e o primeiro comandante da AMAN, em Resende.

A filosofia do ensino no Exército, de predominantemente científica e teórica até 1905, passou, até 1920, ao extremo oposto, tornando-se predominantemente prática, segundo o General Eurico Dutra. No governo de Vargas, Dutra como ministro da Guerra, foi procurando o equilíbrio entre a cultura geral e a prática. Baseou-se o Ministro Dutra nas *Memórias* do Marechal Ferdinand Foch, herói em Marne

e Flandres, comandante da batalha de Somme e generalíssimo que conduziu os Aliados à vitória na Primeira Guerra Mundial e escreveu a certa altura:

“O futuro demonstrará a necessidade da cultura geral ao lado do saber profissional militar; para quem, como o militar, vive em presença de sucessivos fenômenos sociais que exigem, para a sua compreensão, um certo saber político e moral. Assim, não pode um militar, sob pena de segregar-se socialmente, contentar-se apenas com os conhecimentos profissionais relativos ao manejo das armas e ao emprego da tropa.”

O citado Marechal Foch, que saiu da cadeira de História Militar na Escola Superior de Guerra da França para comandar a vitória aliada na Primeira Guerra Mundial, emitiu este importante e realista pensamento:

“Para alimentar o cérebro de um exército na paz, para melhor o preparar para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o livro da História Militar.”

Foram entusiastas dessa idéia de equilíbrio da cultura geral com a profissional entre nós e a implantaram mais tarde no Brasil, um como ministro da Guerra e o outro como comandante da Escola Militar do Realengo, depois de 1930, os generais Leite de Castro e José Pessoa, que, na Primeira Guerra Mundial, lutaram no Exército francês e freqüentaram a Escola Militar de Saint Cyr.

O então Coronel Mascarenhas de Moraes, como comandante da Escola Militar do Realengo na década de 1930, deu grande impulso à cultura geral, profissional e especializada dos futuros oficiais, ao implantar a biblioteca central da Escola e criar uma biblioteca especializada em cada arma, além de outras nos diversos departamentos (educação física, equitação, veterinária etc.).

Durante o período 1930–1945, o Exército se beneficiou, por nove anos, do concurso da

Missão Militar Francesa e, por cerca de seis anos, da Missão Militar Norte-Americana. Esta, contratada depois da histórica visita ao Brasil, de 25 de março a 7 de abril de 1939, do General George Marshall, chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA.

No tocante à operacionalidade do Exército, registraram-se grandes progressos. Os períodos de instrução das unidades eram observados e fiscalizados com rigor. Os resultados práticos ficaram evidentes nas grandes manobras no Vale do Paraíba e em Saicã. Esta última contou com o estímulo da presença do próprio Presidente Vargas. A instrução de serviço em campanha foi corporificada pela adoção de regulamentos específicos para cada arma ou serviço, regulamentos de organização do terreno (OT); de serviço em campanha, de tiro de armas portáteis (RTAP) e de instrução dos quadros e da tropa.

Para estimular a cultura militar geral e profissional e a sua difusão, bem como a corrente do pensamento militar brasileiro que consolidou a Reforma Militar, foi reorganizada a Biblioteca do Exército, agora, também e principalmente, como editora; foi modernizada a Imprensa Militar; e estimulada e prestigiada pelos ministros militares a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, bem como a revista *Nação Armada*.

Para a ampla difusão da doutrina do Exército, criou-se o Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF). Ele editou regulamentos em substituição ao esforço particular que vinha sendo feito por uma plêiade de oficiais que se cristalizaram em torno da revista *A Defesa Nacional*, em 1913, usando editoras civis.

O Serviço Geográfico do Exército proporcionou um grande apoio à instrução ao levantar mais de 25.000 km² em cartas. Assim, possibilitou a dispensa de cartas de território europeu, sobre as quais os oficiais brasileiros

estudavam em exercícios táticos, chamados, impropriamente, de jogos de guerra, segundo o grande historiador, geógrafo e sociólogo militar brasileiro General Francisco de Paula Cidade, também contemporâneo, em 1902, na Escola do Rio Pardo, do então Sargento Getúlio.

Na prática, a consolidação da cultura geral dos oficiais gerou algumas distorções e produziu reações. Entre as distorções registram-se as opiniões contrárias ao aspecto genérico do estudo de Psicologia, Sociologia e Filosofia em detrimento de conhecimentos aplicados à vida castrense. Outro desvio, no nosso entender, foi o estudo descritivo, e não o crítico, da História Militar. Essa modalidade era exaltada por grandes capitães da História como a verdadeira escola da guerra, em razão dos ensinamentos colhidos do estudo crítico que realizaram das experiências que tiveram lugar no campo de batalha e que a História Militar registrou. No tocante à Geografia Militar, o desvio se deu quando ela foi confundida com a Geografia Geral ou com os Estudos Brasileiros, deixando-se de lado os aspectos topotáticos e topoestratégicos e outras características geográficas de interesse das operações militares nos diversos escalões, conforme foi a intenção do Coronel José Pessoa ao introduzi-la na Escola Militar do Realengo, com apoio no que observara ao cursar a Escola Militar de Saint Cyr e tendo como professor no Realengo, e depois na Escola de Estado-Maior do Exército, o Coronel Francisco de Paula Cidade, autor da célebre obra *Notas de Geografia Militar Sul-Americana*.

Motivação

Esse importante campo da Doutrina Militar relativo às forças morais da guerra, tão evidentes nas vitórias de Guararapes, recebeu substancial estímulo no período em estudo através de diversas ações. O passado militar brasileiro

foi rebuscado, pesquisado, interpretado, cultuado e amplamente difundido pelos periódicos militares, pela Biblioteca do Exército, pela Imprensa Militar e a Nacional, como foi o caso da Livraria Globo em Porto Alegre. Tarefa de resgate histórico a que se dedicaram inclusive ilustres chefes do Exército, como o Marechal José Pessoa, idealizador da AMAN, que pesquisou e escreveu sobre os grandes chefes da Cavalaria brasileira, cuja galeria iconográfica que mandou desenvolver, hoje, encontra-se no Curso de Cavalaria da AMAN.

Os estudos feitos tornaram possível, mais tarde, em grande parte, a sua consolidação na História do Exército Brasileiro – *Perfil Militar de um Povo*, editado pelo Estado-Maior do Exército em 1972, em projeto presidido pelo Coronel Francisco Ruas Santos.

Em 1940, o General José Pessoa iniciou histórico artigo na *Revista da Escola Militar*, com seguinte argumento:

“É da tradição que se nutre a alma da nação. Das relíquias do passado retiram os povos as forças com que vencerão no futuro. Difundir, pois, o conhecimento da História do Brasil é o grande dever de todos nós. Esse conhecimento nos desvendará a grandeza moral de que se cobriram nas lutas pela nossa Independência, unidade política e grandeza territorial os nossos antepassados.”

Oficialmente, o culto aos heróis do Exército do passado mereceu ênfase, sob o seguinte argumento, ao tempo do Presidente Getúlio Vargas:

“O mérito excepcional sempre foi raro. Daí a necessidade do culto aos heróis mortos de mérito excepcional. Ele desenvolve nosso sentimento de veneração, exemplifica e exalta a virtude para o estímulo dos moços. As suas qualidades deixaram sulcos indelévels que sempre servirão de lições para o presente e o futuro.”

Assim, o Duque de Caxias mereceu culto especial. Foram exumados seus restos mortais e os da sua esposa e colocados no Panteão a

Caxias, em cerimônia histórica, além de criado o Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército, cópia fiel, em escala, da heróica espada do Pacificador, a qual, desde 1925, é patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a que o duque pertenceu como membro honorário.

Outros heróis brasileiros do Exército como Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran Cabrita, Andrade Neves e Antonio João etc. foram cultuados condignamente. Mereceram ênfase as comemorações do centenário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto, no Rio, em cerimônia junto ao monumento ao Consolidador da República. Homenagens essas estimuladas pessoalmente por Getúlio Vargas, que, através de seu pai, aprendera a admirar o marechal.

Foi inaugurado monumento aos heróis de Laguna, na Praia Vermelha, e restaurados diversos monumentos históricos. Recorreu-se enfaticamente à História Militar através do concurso, em cerimônias cívicas de projeção nacional e no assessoramento superior, de destacados historiadores ou pensadores militares do Exército tais como: generais Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício e Souza Docca, coronéis J. B. Magalhães, Paula Cidade, Lima Figueiredo, Afonso de Carvalho, Cordolino de Azevedo, De Paranhos Antunes, Jonas Correia e outros.

No setor civil, registre-se destacada colaboração, entre outras, de Pedro Calmon – divulgador ímpar, através de seus escritos e da sua inspirada e privilegiada palavra, de nossas tradições e glórias militares – e de Gustavo Barroso e Eugênio Vilhena de Moraes..

Para reconhecer o mérito militar, foi criada a Ordem do Mérito Militar. As unidades históricas ganharam estandartes, nomes e distintivos, e algumas, uniformes históricos, como a AMAN e os Dragões da Independência.

O antigo Batalhão do Imperador, extinto pela Regência, foi recriado com o nome de Batalhão da Guarda Presidencial. Depois da Intentona Comunista, que provocou tantas viti-

mas inocentes no Exército, o culto à memória das mesmas adquiriu grande expressão. Essa tradição se mantém acesa até o presente, visando prevenir acontecimentos como aqueles que violentaram as tradições do povo brasileiro e que tiveram como alvo o Exército, desde então a maior barreira ao avanço do comunismo internacional no Brasil.

Quanto à motivação, poderíamos alinhar, ainda, a valorização do reservista pela criação de seu dia; a elaboração do Estatuto dos Militares; a construção de vilas militares nas fronteiras sul e oeste, em Amambaí, Campo Grande, Mato Grosso, Quarai, Uruguaiana, São Borja, Foz do Iguaçu, Coimbra, Óbidos, Guajará-Mirim, São Luiz, Dom Pedrito, Bela Vista e General Câmara, além das de Quintaúna em São Paulo, Santa Cruz no Rio de Janeiro, Socorro no Recife e Vila Operária na Fábrica Estrela da Raiz da Serra, para não citar a remodelação da Vila Militar no Rio de Janeiro.

Muito significativo foi a FEB, antes de partir para a Itália, ter ido buscar inspiração nos Montes Guararapes. Ao retornar ao Brasil, foi lá depositar os louros da vitória, proferindo seu comandante, Mascarenhas de Moraes, palavras antológicas hoje lá inscritas em bronze no interior do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Emprego

Durante o período Vargas, o Exército atuou na segurança interna contra Revolução Constitucionalista de 1932. Dela tirou precisas lições sobre a necessidade de dispor de melhor controle sobre a indústria bélica e melhor distribuí-la pelo território nacional. Em São Paulo, o parque industrial revelou notável capacidade de mobilizar-se em apoio à Revolução, como já havia ocorrido antes, durante a Guerra Civil 1893/95, combinada com a Revolta da Armada.

O Exército enfrentou em boas condições os levantes comunistas ocorridos em novembro

de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro (Praia Vermelha e Campo dos Afonsos).

Na segurança externa, pela primeira vez na História do Brasil, o Exército, representado pela FEB, lutou em teatro europeu sob o comando do Marechal Mascarenhas de Moraes.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a defesa territorial do Brasil sofreu rigoroso teste, com a articulação de tropas do Exército para defender o imenso litoral, notadamente no saliente nordestino, na Baía de Guanabara e no estratégico arquipélago de Fernando de Noronha.

Em todas as oportunidades mencionadas, ficou evidente a validade do esforço notável despendido, durante o governo de Getúlio Vargas 1930-1945, para o desenvolvimento da doutrina do Exército.

Findo o período Vargas, ficou evidente o grande salto operacional dado pelo Exército. Anos de trabalho sério e ingente permitiram a ele absorver, ainda na Itália, o impacto da mudança da doutrina francesa para a norte-americana, obtendo muito bom desempenho no Velho Mundo, onde se consagrou pelas vitórias de Monte Castelo, Montese e tantas outras.

Não há como negar que a visão de estadista do Presidente Vargas se estendeu às Forças Armadas. No Exército, ele encontrou o apoio patriótico e inteligente e muito objetivo dos ministros da Guerra, generais José Fernando Leite de Castro (1930-32), Augusto Inácio de Espírito Santo Cardoso (1932-34), Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1934-35) João Gomes Ribeiro Filho (1935-1936) e Eurico Gaspar Dutra (1936-45).

Havia, por parte do Presidente Vargas, a consciência de que nenhum país sustenta sua condição de grande nação se não o for, também, do ponto de vista militar. O Barão do Rio Branco, grande estimulador do fortalecimento das nossas Forças Armadas, afirmava que não há diplomacia eficiente sem o respaldo militar.

No período Vargas, coerente com seu projeto de resgate do sentimento de brasilidade, o

ideal do Exército era ser “*um exército disciplinado e poderoso, em acordo com a nossa grandeza, e defensor da nossa soberania, de um Brasil eterno, vindo de um passado de glórias*”.

Já o Estado-Maior do Exército, por meio de seu chefe, General Aurélio de Góes Monteiro, justificava esse ideal sob o argumento de que “*a neutralidade e o pacifismo não subsistem sem força que os assegurem, pois, na ordem internacional, a melhor prova de sensatez e*

inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas ou, na falta delas, com as de um forte aliado”.

As ações de Vargas, em seu primeiro governo, permitiram que as Forças Armadas, em particular o Exército, pudessem se desenvolver e progredir em sua doutrina, de forma a se tornarem, de fato, o braço armado da Nação brasileira, respaldando-lhe o crescimento e garantindo-lhe a soberania. ●

Referências bibliográficas

- BENTO, Cláudio Moreira. “As manobras de Saicã” in *História da 3ª Região Militar 1989/1953*. Porto Alegre: Pallotti, 1995. p. 324/346 fotos
- . “Reflexos do suicídio do Presidente Vargas no CMS” in *Comando Militar do Sul – 4 décadas de História 1953/1995*. Porto Alegre: Pallotti, 1995. p. 83/84.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro – perfil militar de um povo*. Rio de Janeiro: Sergraf, IBGE, 1972, 3 v.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense, 1983. v. 4. p. 3436/3505.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Anais do Exército Brasileiro* – Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1938-40. 3v
- . *Relatório dos Ministros da Guerra – 1930-45*. (Coleção BIBLIEX)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Comando Supremo

Eliot A. Cohen

A obra estuda características gerais dos líderes e enfatiza as relações entre a liderança política e a militar, em períodos de guerra, quando políticos tratando com seus generais se defrontam com excepcionais dificuldades de relacionamento. Ela estuda, também, o proceder de Lincoln e Clemenceau, de Churchill e Ben Gurion, analisando seus relacionamentos com suas lideranças militares. O autor, em sua obra, chega a atingir momentos contemporâneos, culminando com as guerras do Vietnã, do Golfo, da Somália e do Kosovo.